



Denunciantes dizem que há base para o pedido de impeachment

Dois dos juristas que apresentaram denúncia contra Dilma apontaram os motivos para o afastamento, mas foram contestados pelos senadores governistas

Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, dois dos três juristas autores da denúncia que pede o afastamento da presidente Dilma Rousseff, foram ouvidos ontem durante nove horas pela Comissão do Impeachment.

Reale disse que a denúncia se justifica pela edição de decretos de suplementação financeira sem autorização do Congresso e nas pedaladas fiscais. Janaina

acrescentou as investigações da Lava Jato, disse que foram praticados crimes comuns e de responsabilidade e negou motivação político-partidária.

Em defesa de Dilma, serão ouvidos hoje o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, e os ministros da Agricultura, Kátia Abreu, e da Fazenda, Nelson Barbosa. O relatório da comissão deve ser apresentado na quarta-feira. **4 e 5**



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal falam aos senadores em sessão que durou nove horas e entrou pela madrugada



Assista ao vivo à Comissão Especial do Impeachment na TV Senado, a partir das 9h

Saúde da mulher indígena é tema de debate **7**

Congresso deve rever meta fiscal para 2016 **3**

Adiada votação de MP sobre desapropriação **6**

Nova lei libera R\$ 1,3 bilhão para órgãos públicos **2**



Geraldo Magela/Agência Senado

Jorge Viana preside a votação do projeto sobre aprendizes no setor desportivo

Aprovada proposta que incentiva formação de jovens no esporte

Empresas de qualquer ramo de atividade poderão destinar 10% de sua cota de aprendizes à formação de atletas ou de mão de obra qualificada na área do esporte, determina projeto aprovado ontem pelo

Senado. O objetivo da proposta é estimular o acesso do adolescente de baixa renda ao esporte, incentivando a formação profissional na área. O texto volta para a análise da Câmara dos Deputados. **3**

Aborto voluntário divide opinião de mulheres durante audiência

Em debate de sugestão popular sobre a legalização do aborto, houve relatos sobre mulheres que receberam

apoio e desistiram e destaque ao fato de que 15% das mortes maternas decorrem de abortos inseguros. **8**



Geraldo Magela/Agência Senado

Sugestão de projeto permite a interrupção da gravidez até a 12ª semana

Especialistas pedem prevenção a acidente de trabalho

Em 2015, o país registrou 704 mil ocorrências de acidentes de trabalho, que provocaram 3 mil mortes. O Brasil gasta R\$ 10 bilhões por ano com indenizações e tratamentos decorrentes desses

acidentes. Os dados foram citados ontem em audiência na Comissão de Direitos Humanos, cujos participantes disseram que o país precisa de mais prevenção e fiscalização do setor. **8**



Ana Volpe/Agência Senado

Em debate presidido por Paulo Paim (C), participantes pedem melhores condições para a atuação de auditores do trabalho

Senadores querem auxílio à suinocultura

Audiência na Comissão de Agricultura mostrou a crise dos suinocultores catarinenses e a urgência na adoção de medidas que aliviem a carga tributária sobre o setor. Entre elas, estão a isenção de PIS-Cofins na importação de milho, principal insumo usado para alimentar os animais. A alta dos custos de produção ameaça o setor. **6**

Avança indicação para entidade de aviação civil

O nome da diplomata Mitzi Gurgel Valente da Costa para delegada na Organização de Aviação Civil Internacional foi aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores e agora vai ao Plenário. Na sabatina feita pelo colegiado, ela lembrou que o país é o terceiro do mundo em aviação civil doméstica e o décimo em aviação civil internacional. **7**



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Ação no Distrito Federal: operação do Exército para controlar a proliferação do mosquito receberá R\$ 143,3 milhões

Lei destina recursos para combate ao *Aedes aegypti*

A maior parte do R\$ 1,3 bilhão será destinada ao Ministério da Integração para programas de gestão de risco e de resposta a desastres. A transposição do Rio São Francisco também será beneficiada

FOI SANCIONADA ONTEM a Lei 13.275/2016, que libera R\$ 1,3 bilhão para diversos órgãos públicos. As obras de transposição do Rio São Francisco e as ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti* estão entre as contempladas com recursos.

As verbas são direcionadas aos Ministérios da Saúde, da Agricultura, da Defesa, da Integração Nacional, da Cultura, do Turismo e do Esporte, para as Secretarias de Aviação Civil e de Portos e para transferências a estados e municípios. A lei é originária da Medida Provisória 709/2015, aprovada no Senado no final de março.

Segundo Paulo Bauer (PSDB-SC), relator da MP no Senado, grande parte dos recursos cobrirá valores já empenhados. Para ele, o texto apenas convalida e legaliza um

ato já praticado.

O texto foi aprovado na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 5/2016. A maior parte dos recursos, R\$ 747,5 milhões, foi destinada ao Ministério da Integração Nacional, para ser utilizada, principalmente, em programas de gestão de riscos e respostas a desastres. Uma parcela do dinheiro será usada nas obras de transposição do Rio São Francisco.

À Saúde foram destinados R\$ 237,9 milhões a serem usados no Sistema Único de Saúde (SUS). Na Defesa, o crédito de R\$ 143,4 milhões permitirá apoiar a operação do Exército no combate ao *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue, zika e febre chikungunha, por pelo menos três meses.

As transferências para estados e municípios vão recom-

por pagamentos referentes à Lei Kandir, que regulamentou a cobrança de ICMS e instituiu isenção para produtos destinados à exportação.

A presidente Dilma Rousseff vetou dispositivo que destinava R\$ 23 milhões à infraestrutura de turismo nacional e mais R\$ 5 milhões ao turismo do Espírito Santo. Foram vetados também outros recursos que seriam para esse estado: R\$ 5 milhões para a agropecuária, R\$ 5 milhões para a saúde, R\$ 5 milhões para o esporte e lazer e R\$ 3 milhões para projetos de desenvolvimento sustentável.

De acordo com a justificativa do veto, o texto infringe o artigo 63 da Constituição, que não admite aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva da Presidência da República.

Para Bauer, MP aceita por comissão fortalece combate ao mosquito

Paulo Bauer (PSDB-SC) registrou, em Plenário, na quarta-feira, a aprovação da MP 712/2016 em comissão mista. A MP prevê ações de combate ao *Aedes aegypti*.

— Esse mal que o Brasil enfrenta é fruto da falta de competência e de responsabilidade do governo, que não agiu e não liderou o combate.

Presidente da comissão mista que analisou a MP, ele observou que a proposta chegou ao Congresso com apenas três artigos, mas foi expandida pelo colegiado. O produto final, na avaliação dele, dá à União, estados e municípios condições para agir com mais eficiência contra o *Aedes*.



Ana Volpe/Agência Senado

Raimundo Lira cobra solução para a crise hídrica na Paraíba

Em pronunciamento na quarta-feira, Raimundo Lira (PMDB-PB) cobrou soluções para a crise hídrica que atinge 176 municípios da Paraíba abastecidos pelo Açude Epitácio Pessoa. Entre eles, está a cidade de Campina Grande, com aproximadamente 400 mil habitantes.

Raimundo Lira também destacou a passagem dos aniversários das cidades de Serra Branca, conhecida como a Rainha do Cariri, e de São Bento, a maior exportadora de redes do Brasil, que completará 57 anos.

Raimundo Lira também saudou, em nome do líder do PMDB, senador Eunício Oliveira (CE), os vereadores cearenses que participam em Brasília da Marcha dos Vereadores do Brasil.

Projeto que integra Entorno do DF tem apoio de Hélio José

Hélio José (PMDB-DF) registrou a realização de audiência pública para discutir o PLC 102/2015 — Complementar, que inclui 13 municípios na Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal (Ride-DF).

Atualmente a região inclui 22 municípios: 19 de Goiás e 3 de Minas Gerais, todos do Entorno do Distrito Federal.

Relator do projeto, Hélio José explicou que a Ride tem o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social desses municípios.

— A população do Entorno merece todo o nosso apoio para poder ter melhores condições de vida.



Marcos Oliveira/Agência Senado

TV Senado apresenta programa sobre a chamada pílula do câncer

A polêmica em torno da liberação da fosfoetanolamina sintética, usada para combater o câncer, é o tema do programa *Em Discussão!* que a TV Senado exibe sábado. No dia 14, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que autoriza o uso da substância, antes da aprovação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Com o objetivo de entender a polêmica, as Comissões de Ciência e Tecnologia, de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos realizaram audiência, colocando frente a frente os atores do processo: os cientistas que criaram a substância e os representantes do grupo de trabalho montado pelo governo para acelerar as pesquisas.

Conhecida como “pílula do câncer”, a fosfoetanolamina é uma substância que imita um composto que existe no organismo e que, supostamente, identifica as células doentes e permite que o sistema imunológico as reconheça e as remova. Pesquisas sobre o medicamento foram feitas pela Universidade de São Paulo (USP) durante 20 anos.

Estudos iniciais da equipe do governo dizem que a substância é ineficaz, mas o resultado é contestado pelos pesquisadores que desenvolveram a fosfoetanolamina.

Reportagem Especial

- amanhã, às 23h30
- reprise domingo, às 9h e às 16h; e segunda, à 1h30.

Paulo Rocha comemora o Dia do Trabalhador Doméstico

Em discurso na quarta-feira, Paulo Rocha (PT-PA) lembrou o Dia do Trabalhador Doméstico, comemorado em 27 de abril. Ele recordou que há três anos, a categoria passou a contar com os mesmos direitos dos demais trabalhadores, com a aprovação de uma emenda constitucional.



Marcos Oliveira/Agência Senado

— A PEC das Domésticas garantiu de imediato a esta categoria a remuneração de pelo menos um salário-mínimo, 13º salário, jornada de trabalho não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais, repouso semanal remunerado, horas extras e outros direitos já conquistados pelos demais trabalhadores.

Empregadas ainda são vítimas da informalidade, diz Telmário

Telmário Mota (PDT-RR) homenageou as empregadas domésticas na passagem dos três anos de promulgação da emenda à Constituição que estendeu à categoria os direitos dos demais trabalhadores. O senador lamentou que tenham sido tratadas historicamente como “subcategoria” pela legislação



Ana Volpe/Agência Senado

trabalhista. Essa situação levou a abusos na exploração da mão de obra no serviço doméstico, afetando predominantemente mulheres negras e de baixa escolaridade. Para ele, a emenda buscou reconhecer essas trabalhadoras, mas resta ainda enfrentar o problema da elevada informalidade no setor.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



IMPEACHMENT AGU e Fazenda

9h A Comissão Especial do Impeachment ouve o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, e o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa.

CRA Cooperativismo

14h A comissão discute, em Santa Rosa (RS), o tema “O cooperativismo que vence a crise”. O evento é parte de um ciclo de debates e seminários.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, reunião da **Comissão Especial do Impeachment**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado aprova incentivo à formação no esporte

Empresas poderão destinar 10% da cota de aprendizes à formação de atletas ou de mão de obra qualificada no setor esportivo, prevê proposta, que volta para a Câmara

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que busca ampliar o acesso do adolescente de baixa renda ao esporte, incentivando sua formação profissional para atuar como atleta, como promotor ou gestor de eventos e de atividades desportivas ou ainda como prestador de serviços na infraestrutura esportiva.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 106/2013 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir que qualquer empresa possa destinar 10% da cota de aprendizes à formação de atletas ou de mão de obra qualificada na área do esporte. Como foi modificado no Senado, o texto retorna para nova análise da Câmara dos Deputados.

A lei hoje obriga os estabelecimentos a empregar e matricular nos cursos dos serviços nacionais de aprendizagem no mínimo 5% e no máximo 15% dos seus trabalhadores. De acordo com a legislação, os contratos de aprendizagem podem ser firmados com jovens maiores de 14 e menores de 24 anos de idade.

O projeto é de autoria do deputado federal André Figueiredo (PDT-CE) — licenciado para ocupar o cargo de ministro das Comunicações — e teve como relatores no Senado Cristovam Buarque (PPS-DF), na Comissão de Educação (CE), e Benedito de Lira (PP-AL), na Comissão de Assuntos Sociais



Geraldo Magalhães/Agência Senado

Aprovado em sessão presidida por Jorge Viana, o projeto da Câmara recebeu emenda para garantir pagamento de salário mínimo/hora aos aprendizes

(CAS). Ambos apresentaram relatórios favoráveis à proposta.

Na CE, foi mantido o texto original aprovado pela Câmara. Na CAS, por sugestão do relator, foi incluída emenda para assegurar o pagamento do salário mínimo/hora a todos os aprendizes, menores de idade ou não. Anteriormente, essa garantia só era dada aos menores aprendizes. Benedito justi-

ficou a alteração, explicando que era preciso deixar claro que todo aprendiz, independentemente da idade, terá direito à remuneração mínima.

Discordância

Em 2014, quando o texto estava pronto para ir ao Plenário, Ana Amélia (PP-RS) apresentou emenda para restringir a possibilidade de as empresas

destinarem parte da cota de aprendizes à formação esportiva, o que levou ao reexame na CE e na CAS. Para a senadora, o projeto desvirtua o conceito de aprendizagem e todo o sistema em vigor. Sob relatoria de Fátima Bezerra (PT-RN) e Romário (PSB-RJ), respectivamente, a emenda teve pareceres pela rejeição nas comissões e também foi rejeitada ontem pelo Plenário.

Proposta revê LDO para permitir deficit de até R\$ 96,7 bilhões

As contas do governo federal apresentaram resultado negativo no primeiro trimestre desse ano, de R\$ 18,216 bilhões, sendo apontado como o pior desempenho para o período nos últimos anos, segundo dados divulgados pela área econômica. Diante desse quadro de deterioração nas contas públicas, com crescimento de gastos obrigatórios e queda nas receitas do governo central, o Congresso deve analisar projeto de iniciativa do Executivo (PLN 1/2016) que altera a meta fiscal de 2016, com a previsão de que a União possa fechar o ano com deficit

primário — resultado negativo sem contar o pagamento dos juros da dívida pública — de até R\$ 96,7 bilhões.

Atualmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 (Lei 13.242/2015) estima superavit primário de R\$ 30,5 bilhões (0,49% do produto interno bruto — PIB) para o conjunto do setor público, sendo R\$ 24 bilhões para o governo federal e R\$ 6,5 bilhões para estados e municípios.

Quando o projeto da LDO 2016 foi enviado pelo Executivo, no início de 2015, a meta prevista era de R\$ 104,5 bilhões. Ao longo da tramita-

ção da proposta na Comissão Mista de Orçamento (CMO) no ano passado, o número foi sendo reduzido à medida que caía a arrecadação federal.

Série histórica

A última vez que a União fechou o ano com superavit foi em 2013. No ano seguinte, houve deficit de R\$ 20,5 bilhões, ou 0,57% do PIB, e, em 2015, de R\$ 111,249 bilhões (1,88% do PIB). Foi a primeira vez em que o país teve dois anos seguidos de deficit primário, segundo a série do Banco Central iniciada em 2001.

De acordo com justificativa ao PLN 1/16 enviada pelo ministro do Planejamento, Valdir Moysés Simão, a mudança na meta fiscal foi necessária porque “o cenário econômico nacional continuou a se deteriorar no início de 2016”, citando projeção do boletim *Focus*, divulgado pelo Banco Central, com previsões do mercado de retração de 3,6% do PIB neste ano.

“Com esse panorama, mesmo estando no início do exercício financeiro, torna-se necessário rever a meta de superavit primário para acomodá-la à atual conjuntura econômica”, diz o documento.

Em fevereiro, o Ministério da Fazenda chegou a anunciar que pediria ao Congresso autorização para um deficit primário de até R\$ 60,2 bilhões neste ano. A previsão de deficit anunciada na proposta superou a expectativa da pasta.

Superavit primário é uma poupança que o governo faz para controlar a expansão da dívida pública federal. O indicador é acompanhado pelos agentes do mercado (empresários e investidores) para avaliar a saúde fiscal do país.

Dívidas dos estados

Apesar de apontar a possibilidade de deficit próximo dos R\$ 100 bilhões, o texto enviado pelo Executivo estabelece

meta de superavit primário de R\$ 9,3 bilhões para o setor público consolidado, sendo R\$ 2,8 bilhões para o governo federal. A contribuição dos estados e municípios foi mantida em R\$ 6,5 bilhões. Esse valor poderá ser abatido caso seja aprovado o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, sobre renegociação de dívidas dos estados. A votação do texto, porém, deve ser adiada até a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.

Para chegar aos R\$ 96,7 bilhões, o Planalto descontou da meta revista (R\$ 9,3 bilhões) quatro pontos: perspectivas de frustração de receita tributária de R\$ 40,3 bilhões e de receita não administrada (dividendos, concessões e vendas de ativos) de R\$ 41,7 bilhões, R\$ 17,45 bilhões de reserva para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e para ações de saúde no combate ao vírus Zika e ao fomento de exportações, além do valor referente à meta de estados e municípios (R\$ 6,5 bilhões).

Como altera a LDO, a proposta de redução da meta tem que ser analisada pela CMO e pelo Plenário do Congresso. Além da revisão da meta fiscal, o projeto muda a LDO para permitir que projetos de reajustes de categorias ainda em negociação com o governo possam ser contemplados.



Edilson Rodrigues/Agência Senado — 17/12/2015

Projeto quer alterar a meta fiscal prevista na LDO 2016, aprovada pelo Plenário do Congresso em 17 de dezembro

Juristas e senadores debatem impeachment por nove horas

Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, autores da denúncia contra a presidente Dilma, receberam críticas e elogios na comissão que analisa o processo

OS JURISTAS MIGUEL Reale Júnior e Janaina Paschoal defenderam ontem na Comissão Especial do Impeachment que há base legal para o processo contra a presidente Dilma Rousseff. Autores da denúncia, ao lado do também jurista Hélio Bicudo — que não compareceu por razões médicas —, eles foram contestados por senadores governistas, em sessão que durou cerca de nove horas e entrou pela madrugada.

O colegiado tem nova reunião marcada para as 9h de hoje, destinada a ouvir a defesa, que deve ser feita pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, e pelos ministros da Fazenda e da Agricultura, Nelson Barbosa e Kátia Abreu.

Motivos

Janaina Paschoal foi a responsável por defender os principais pontos do pedido de impeachment. Miguel Reale Júnior precisou sair logo depois da apresentação.

Repetindo sempre que era preciso explicar de forma clara as razões do pedido para que o povo possa entendê-lo, Janaina apontou os três pilares da denúncia: o chamado escândalo do petróleo, revelado a partir das investigações da Operação

Lava Jato, as pedaladas fiscais e a edição irregular de decretos de créditos suplementares.

Ela sugeriu aos senadores que não se orientem apenas pelo relatório que veio da Câmara dos Deputados — restrito às pedaladas e aos decretos presidenciais.

Sobre as manobras fiscais, Janaina afirmou que o governo pediu ao Banco do Brasil e ao BNDES que adiantassem com seus próprios recursos os pagamentos do Plano Safra e do Programa de Sustentação do Investimento, numa movimentação financeira conhecida como operação de crédito por antecipação.

A professora de direito destacou que a legislação brasileira proíbe esse tipo de operação do governo com bancos públicos e também com bancos privados em anos eleitorais. Reforçou ainda que o governo não registrou contabilmente as operações, o que revelaria o conhecimento de que o ato era ilícito.

Quanto aos decretos de crédito suplementar, Janaina e Reale Júnior afirmaram que a Constituição condiciona a edição desse tipo de norma à aprovação pelo Congresso e à adequação ao resultado da meta de superavit anual.

Para os juristas, houve

dolo por parte da presidente, pois, ao editar os decretos, em julho e agosto de 2015, ela já sabia que a meta não seria alcançada e que não havia efetivamente meios para se estabelecer decretos suplementares, já tendo, inclusive, enviado ao Congresso proposição baixando as metas fiscais. — Cada um desses pilares da denúncia tem crime de responsabilidade de sobre e tem crime comum de sobre — garantiu Janaina, que negou o caráter partidário do pedido de impeachment, assegurando não ter vínculos com o PSDB nem pretensões eleitorais.

Reale Júnior, por sua vez, comparou o governo do PT a uma “ditadura da propina”, sem limites no uso da administração pública para um projeto de poder. Na avaliação do jurista, é possível perceber no governo uma “irresponsabilidade gravíssima” na condução das finanças públicas.

— Nunca vi crime com tamanha impressão digital — disse.

Questionamentos

A base de apoio ao governo criticou os argumentos apresentados pelos juristas e classificou como políticas as denúncias contra a presidente Dilma. O

senador Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que o pedido de impeachment tem erros “básicos e centenas”. Segundo ele, não haveria dolo por parte da presidente nas pedaladas, uma vez que ela não teria assinado nenhum ato na operação financeira envolvendo o Plano Safra, gerido diretamente pelos ministérios e pelos bancos.

Já Humberto Costa (PT-PE), líder do governo no Senado, apontou como frágeis as acusações contra a presidente Dilma e como meramente político o pedido de impeachment.

— Quem tem de tirar ou colocar presidente é o povo brasileiro. Vossa Senhoria está defendendo isso aqui porque o povo não quis que nossos adversários fossem eleitos e eles não se conformam — reclamou.

Motivação

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), e a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressaltaram que o pedido de impeachment nasceu de um parecer encomendado pelo PSDB e pelo qual Janaina Paschoal teria recebido R\$ 45 mil. Em resposta, Janaina ressaltou que não pode trabalhar de graça, mas que a denúncia não tem motivação política.

Fátima Bezerra (PT-RN) considerou a exposição dos juristas como “inconsistente, politicamente contraditória, confusa e sem sustentação jurídica nenhuma”. A senadora acusou Janaina de expor o Senado e o povo brasileiro ao ridículo.

Elogios

Janaina e Reale foram defendidos pelos senadores de oposição, que disseram ter ficado claras as justificativas para o afastamento da presidente.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) cumprimentou Janaina “pelo conteúdo, conhecimento jurídico e profundidade

com que debateu o tema na comissão”. Ele afirmou que a jurista trouxe dados claros para todos os senadores.

— Eu quero aplaudir a pela coragem de poder enfrentar todo esse patrulhamento que vem sofrendo no decorrer desses meses, porque assumiu uma posição extremamente corajosa. Peço que desconsidere os excessos e as agressões de que foi vítima, já que, ao não terem argumentos para contraditá-la, partem para um ataque grosseiro, rasteiro que, realmente, depõe contra uma audiência no Senado Federal — opinou.

Para José Medeiros (PSD-MT), os argumentos de defesa da presidente foram desmontados pelos juristas, que, na opinião dele, deixaram claro que as pedaladas foram operações de crédito feitas pelo governo, enquanto os decretos foram editados no momento em que

não se poderia fazê-los. Medeiros disse ter ficado convencido do crime de responsabilidade.

Simone Tebet (PMDB-MS) também defendeu a professora de direito, afirmando ter visto em Janaina “sinceridade, transparência, idealismo e espírito de brasilidade”.

— Eu acho engraçado que aqueles que falam em defesa da democracia não falam que foi golpe o impeachment do ex-presidente Collor. Aliás, eles o provocaram. Nem disseram que era golpe as inúmeras tentativas de impeachment contra Itamar e contra Fernando Henrique Cardoso — reclamou.

Olíder do PSDB, senador Cássio Cunha Lima (PB), afirmou que a presidente Dilma praticou atos que atentaram contra a Constituição, sobretudo em relação à lei orçamentária, o que configura crime de responsabilidade, a exemplo da abertura de

crédito orçamentário sem autorização do Legislativo.

Relator da comissão, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), disse que as informações dos juristas comprovaram a tese de que o processo por ação de crimes de responsabilidade não é judicial e, apesar de assegurar a ampla defesa e o contraditório, possui “marcante conotação política”.

Ustra

No começo da reunião, Reale Júnior fez um desagravo aos familiares dos que morreram nas mãos do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-2015).

O jurista disse lamentar que o pedido de impeachment tenha servido para “uma homenagem a um torturador”, em referência à citação do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) durante voto pela abertura do processo de destituição no dia 17.



Observado pelos senadores Anastasia (2º à esq.) e Raimundo Lira e pela professora Janaina Paschoal (D), Miguel Reale Júnior defende a denúncia

Comissão rejeita requerimentos de senadores da base do governo

A Comissão Especial do Impeachment decidiu ontem não requerer documentos pedidos por senadores da base de apoio ao governo. A maioria dos senadores seguiu os pareceres do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), e do presidente, Raimundo Lira (PMDB-PB), segundo os quais a documentação não deve ser examinada na atual fase do processo — a de recebimento da denúncia na comissão.

— O contraditório e a coleta dos elementos probatórios só se dão após o recebimento da denúncia. Até então, nem sequer podemos falar formalmente na existência de um processo, o qual apenas se instaura após o recebimento da peça acusatória — disse Anastasia.

Entre os requerimentos recusados, estavam os que pediam aos Ministérios da

Agricultura e da Fazenda, ao Banco do Brasil e ao Conselho Monetário Nacional certidões que comprovassem se as subvenções do Plano Safra em 2015 foram ou não assinadas pela presidente Dilma. Havia ainda o pedido para que o Ministério do Planejamento remetesse a relação dos pedidos de abertura de crédito suplementar, por meio de decreto da presidente.

De acordo com denúncia contra Dilma, aprovada na Câmara, o governo atrasou o repasse de R\$ 3,5 bilhões ao Banco do Brasil para pagar o Plano Safra, programa de crédito agrícola. Com o atraso, o BB pagou os agricultores com recursos próprios.

Lindbergh Farias (PT-RJ) foi um dos que protestaram contra a decisão. Segundo ele, a comissão prejudica o direito de de-

fesa da presidente Dilma. — Isso aqui é cercar o nosso direito de defesa, não é verdade? Estamos na fase de recebimento de denúncia. O Código de Processo Penal é claro quanto ao direito de defesa nessa fase — protestou.

Debate acirrado

A discussão durante a votação dos requerimentos durou quase duas horas e deu o tom de acirramento nos debates na comissão. Além disso, atrasou o início dos pronunciamentos dos denunciantes, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal. A ideia inicial era que os requerimentos fossem examinados em conjunto, mas prevaleceu o pedido dos senadores da base para que a votação acontecesse um a um.

Foram todos negados em votação simbólica,

com 5 votos favoráveis dos 21 senadores da comissão.

Alguns senadores, como Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), alegaram que a intenção da base do governo era apenas impedir as falas dos denunciantes.

— Estão querendo sabotar esta audiência. Sabe por quê? Porque esses documentos são públicos.

Já Gleisi Hoffmann (PT-PR) lamentou a maneira como os trabalhos da comissão estão sendo conduzidos.

— Já está posta a decisão desta comissão, independente do que nós falarmos ou fizermos.

Olíder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), propôs que o defensor de Dilma, o ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), que será ouvido hoje, apresente à comissão as certidões pedidas pelos governistas.

Nobel da Paz fala em “golpe de Estado” e causa polêmica no Plenário

A visita do vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 1980, Adolfo Pérez Esquivel, ao Plenário do Senado causou polêmica ontem. Oposicionistas protestaram contra a rápida mensagem do visitante aos senadores, que ocupou a mesa com a permissão do senador Paulo Paim (PT-RS), que presidia a sessão.

O argentino, que pouco antes havia manifestado apoio à presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto, falou por menos de três minutos. Ativista de direitos humanos, pediu

respeito à Constituição e à democracia e disse que há um possível “golpe de Estado” no Brasil.

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) foi o primeiro a protestar, assim que o visitante deixou a mesa do Plenário.

— A fala foi inadequada. Inaceitável. Este Parlamento jamais poderia ter deixado esse senhor dizer que o Brasil está perto de um golpe. Estou indignado. Não aceito e o senhor não poderia ter deixado — disse Ataídes a Paim.

Cássio Cunha Lima, Aloysio Nunes Ferreira



Esquivel visitou o Senado após manifestar apoio a Dilma

de uma mensagem falsa — declarou Cristovam.

Paim informou que apenas autorizou que Esquivel fizesse uma saudação aos senadores e o advertiu para não entrar no mérito do impeachment por se tratar de questão delicada.

O líder do governo, Humberto Costa (PT-PE), negou má-fé dos senadores que apoiam Dilma.

— Não houve intenção de qualquer posicionamento político, até porque ele já se expressou muito claramente pelos meios de comunicação, pela visita que fez à presidenta.

Paulo Paim defende escolha antecipada para presidente

É necessário ter a “grandeza de concordar que o poder popular resolva a questão”, segundo Paulo Paim (PT-RS). O senador defendeu a antecipação de eleições diretas para presidente da República e classificou o impeachment como um gesto político.

— Nossa democracia, tão jovem, está sendo mais uma vez atacada na história desse país — disse. Paim repassou as várias definições de democracia desde a Grécia Antiga e criticou a luta “do poder pelo poder”.

— Devemos fortalecer ainda mais as nossas instituições, devemos garantir ainda mais os direitos e as liberdades do nosso povo.



Viana sugere que Dilma abraça tese de novas eleições

Jorge Viana (PT-AC) sugeriu que Dilma Rousseff abraça a tese de antecipação da eleição presidencial para outubro deste ano, com as disputas municipais. Segundo Viana, o povo seria chamado a escolher quem deve governar.

— Diante de um governo ilegítimo que não terá moral para apresentar as medidas para ajustar a economia, seria melhor chamar Sua Excelência, o eleitor.

Para Lídice, crise política pode ser resolvida nas urnas

Para Lídice da Mata (PSB-BA), novas eleições são a melhor maneira de resolver a crise política de uma forma “legítima e democrática”. A senadora afirmou que subscreveu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 20/2016, que pede a realização de eleições presidenciais em outubro, com a posse dos eleitos em janeiro para um mandato-tampão de dois anos.

Lídice ressaltou que o processo deve seguir um caminho distinto do que teve na Câmara, em sua avaliação, marcada pela “paixão” e pelo “descontrole emocional”.

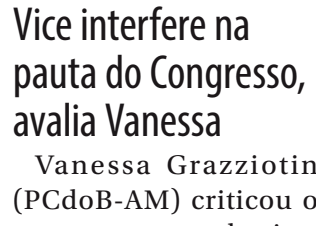
— O Senado deve se dirigir a essa questão com o tamanho que tem.



Lasier: imprensa internacional não considera golpe

A imprensa internacional não considera golpe o processo de impeachment contra a presidente Dilma, disse ontem Lasier Martins (PDT-RS).

O senador exibiu manchetes e editoriais de jornais internacionais, como os franceses *Le Monde* e *Le Figaro*, o espanhol *El País*, os ingleses *The Economist* e *The Guardian* e os americanos *Washington Post* e *The New York Times*. Em todos, segundo ele, a tese de golpe não é considerada.



Vice interfere na pauta do Congresso, avalia Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o comportamento do vice-presidente Michel Temer, que já estaria montando a equipe de governo e interferindo na pauta do Congresso. Ela denunciou ontem em Plenário a existência de acordo para salvar o presidente da Câmara no Conselho de Ética e a possibilidade de paralisação da Lava Jato.

— Aliás, já estão parando. Não tenho notícias dela nos últimos dias — alertou.



Alvaro: gasto com BNDES levou a prática de pedaladas

O governo poderia ter evitado as pedaladas se não tivesse transferido para o BNDES o montante de R\$ 716 bilhões entre 2008 e 2014, afirmou ontem Alvaro Dias (PV-PR).

Essa enorme quantia, observou, beneficiou “grandes empresas, escolhidas pelo governo para serem campeãs do capitalismo nacional, e países com ditaduras corruptas”. Só Angola, apontou, recebeu US\$ 8,8 bilhões do BNDES.

Donizeti: “Dilma não cometeu ilegalidade ao editar decretos”

Donizeti Nogueira (PT-TO) afirmou não ter havido qualquer ilegalidade na edição dos decretos com créditos suplementares assinados pela presidente Dilma. Segundo ele, a lei orçamentária autoriza a abertura de créditos suplementares, desde que não ultrapassem os valores estipulados pela norma.

Por isso, na avaliação dele, o argumento usado pelos autores do pedido de impeachment de Dilma não deve prosperar.



Gladson lamenta críticas a integrantes de comissão especial

O senador Gladson Cameli (PP-AC) classificou como inaceitáveis as críticas aos integrantes da Comissão Especial do Impeachment.

— Exijo respeito por esta instância. Não vai ser desqualificado A ou B que uma ou outra corrente vai ganhar. Qualquer que seja o resultado final do processo de impeachment da presidente da República, eu não quero que depois venham desqualificar nossa Casa, o Senado Federal.

Reguffe condena formação antecipada de gestão Temer

Reguffe (sem partido-DF) declarou-se revoltado com as negociações do vice-presidente Michel Temer para montar a equipe de um eventual governo. O povo, disse, rejeita a continuidade da barganha entre aliados políticos.

Ele cobrou uma agenda de reformas que devolva o Estado ao contribuinte. Reiterou apoio ao impeachment, mas disse que o cargo de Temer tem uma missão histórica e não pode ignorar a voz da sociedade.



Comando do vice já nasceria ilegítimo, acusa Ângela Portela

Para Ângela Portela (PT-RR), um eventual governo de Michel Temer já nasceria com “a marca da ilegitimidade, por ser produto de um golpe parlamentar” e por ter baixa credibilidade.

A senadora disse esperar que a Lava Jato ande rápido, “antes que essas figuras tomem de assalto o poder” e dificultem as investigações. Foi o governo do PT, afirmou ela, que permitiu que os órgãos de apuração pudessem trabalhar de modo independente.

Novo governo tem que saber dialogar, afirma Lúcia Vânia

O afastamento de Dilma Rousseff abrirá caminho para a reabertura do diálogo entre o governo e o Congresso, segundo Lúcia Vânia (PSB-GO). Para a senadora, esse diálogo é indispensável à aprovação de medidas que permitam ao país retomar o desenvolvimento.

— O novo governo terá que ser pragmático, escolhendo entre as reformas de que o país precisa e as com maior chance de aprovação no Congresso.



Ana Amélia pede bom senso aos políticos brasileiros

Ana Amélia (PP-RS) pediu ontem serenidade aos políticos neste momento crucial do país. Segundo a parlamentar, no Senado, ela até tem visto tons mais radicais, mas o clima de respeito nas relações pessoais está sendo mantido.

— Não se pode confundir relação pessoal com posições políticas nesse processo tão delicado. É preciso bom senso, respeito e civilidade no relacionamento entre as instituições — afirmou.

Senadores cobram ajuda aos suinocultores

A crise da suinocultura catarinense foi debatida ontem em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

PARA REDUZIR O preço da ração e salvar a suinocultura de Santa Catarina, senadores reunidos ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) pediram urgência na adoção de medidas que aliviem a carga tributária sobre o setor, como a isenção da PIS-Cofins na importação de milho e a redução do ICMS na comercialização do produto.

— O suinocultor tem pressa. Os animais precisam comer. Se não comerem, vão morrer, com prejuízos para o suinocultor, que vai parar de produzir — resumiu a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS).

Principal insumo na alimentação de suínos, a alta do preço do milho prejudica a atividade.

— Santa Catarina é o maior produtor de carne suína no país, com 800 mil toneladas anuais, mas a alta no custo de produção pode inviabilizar a suinocultura no estado — alertou Dário Berger (PMDB-SC).

Blairo Maggi (PR-MT) reforçou a cobrança para agilizar as medidas emergenciais.

— Na agropecuária, não se pode demorar um mês, dois meses para se tomar decisão, senão perde-se a lavoura e a

criação. Ela tem que ser de hoje para amanhã — explicou.

Além da ajuda emergencial, Donizeti Nogueira (PT-TO) sugeriu melhorar a gestão da atividade para evitar excesso de oferta e baixa remuneração dos produtores. Outra providência que recomendou é a diversificação, para que o produtor não dependa apenas da suinocultura para se viabilizar.

Desequilíbrio

Durante o debate na CRA, o presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, Losivanio de Lorenzi, disse que em 2014 o produtor comprava seis quilos de milho com a venda de um quilo de carne suína. Hoje só dá para comprar três quilos do grão.

A suinocultura não consegue acompanhar a alta do preço do milho, que chegou a 70% nos últimos 12 meses, segundo Lorenzi. O descompasso foi causado pelo aumento das exportações, alavancadas pela alta do dólar. A consequência foi a redução da oferta interna, elevando os preços do grão.

O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, Nilo de Sá, o suino-



Ana Amélia preside reunião que avaliou e pediu urgência nas medidas para auxiliar os produtores de Santa Catarina

cultor gasta hoje R\$ 3,90 para produzir um quilo de suíno, mas só consegue R\$ 2,60 por quilo na hora de vender.

— Se houver quebra de preço no setor, a economia catarinense estará comprometida.

Medidas emergenciais

O diretor de Cooperativismo e Agronegócio da Secretaria de Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, Athos Lopes Filho, lembrou que a suinocultura catarinense está nas mãos de produtores sem recursos para manter os animais.

Além de medidas para desonerar a importação de milho, ele disse que o governo cata-

rinense estuda formas para comprar o grão produzido em Mato Grosso, usando ferrovias para reduzir o custo do frete.

O superintendente de Abastecimento Social da Companhia Nacional de Abastecimento, Newton Araújo Silva Júnior, informou há estoques no estado para socorrer os pequenos produtores, mas que os estoques nacionais estão baixos para atender também os médios e os grandes produtores. O coordenador-geral de Assuntos da Pecuária do Ministério da Agricultura, João Salomão, relatou esforços para facilitar o acesso ao crédito para o custeio da atividade.

Dário alerta para a alta de custos da produção

Dário Berger (PMDB-SC) alertou ontem em Plenário sobre a crise da suinocultura em Santa Catarina, principal estado produtor do país.

Com custos de produtos como o milho acima do preço de venda do quilo do suíno, os produtores, segundo ele, estão pagando para produzir.

— É uma morte anunciada — advertiu o senador.



Gerardo Magela/Agência Senado

Sem acordo, MP sobre desapropriação é adiada

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 700/2015, que altera as regras de desapropriação por utilidade pública, remarcou para terça-feira a votação do relatório final da deputada Soraya Santos (PMDB-RJ).

Segundo o senador José Pimentel (PT-CE), o objetivo

é buscar consenso em torno da proposta. Pimentel dirigiu ontem a reunião, substituindo o presidente da comissão, senador Telmário Mota (PDT-RR).

O parecer da relatora é favorável à medida, que permite, inclusive, construtoras contratadas desapropriarem

imóveis para projetos de utilidade pública usando as regras do Regime Diferenciado de Contratações Públicas. O objetivo da MP é simplificar procedimentos para estimular o investimento privado na infraestrutura do país.

Em entrevista, a deputada confirmou que a principal aresta está na fixação do limite de até 12% para os juros compensatórios em casos de desapropriações, inclusive para reforma agrária. A bancada ruralista entende que a MP possibilitaria desapropriações por valor aviltado. A relatora defendeu acordo para aparar as arestas e viabilizar a aprovação mais rápida nas duas Casas. A MP perde a validade no dia 17 de maio.

Rose de Freitas quer fundo para pequenas cidades

Rose de Freitas (PMDB-ES) afirmou que o Senado precisa acelerar a análise de projetos sobre o pacto federativo. Entre as iniciativas, a senadora citou o projeto que cria o Fundo Nacional dos Pequenos Municípios (PLS 465/2015), de autoria dela.

— Nossa intenção é facilitar a elaboração e o financiamento de projetos de interesse econômico ou social em municípios que tenham menos de 50 mil habitantes. Isso significa uma parcela de quase 75% dos municípios do Brasil.



Ana Volpe/Agência Senado

Wellington pede mais verba para municípios

Wellington Fagundes (PR-MT) defendeu a reforma do pacto federativo, com atenção para os municípios. A União, disse, recebe a maior parte da arrecadação e os municípios são sobrecarregados.

— Onde vive o cidadão, senão no município?

Ele é autor de PEC, aprovada ontem em comissão, que fixa novo rateio da Cide-Combustíveis. Pela proposta, União, estados e municípios receberiam um terço da arrecadação cada um. Hoje estados ficam com 29% e os municípios, com 25% desse total.



Ana Volpe/Agência Senado



Pimentel conversa com a deputada Soraya Santos para buscar acordo no texto

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão acata indicada a entidade de aviação

Vai a Plenário a indicação de Mitzi Gurgel para delegada permanente na Organização de Aviação Civil Internacional, sediada no Canadá

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou o nome da diplomata Mitzi Gurgel Valente da Costa para o cargo de delegada permanente na Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci). A indicação, relatada por Valdir Raupp (PMDB-RO), segue para o Plenário.

Segundo Mitzi Gurgel, o Brasil é fundador da Oaci — sediada em Montreal, no Canadá — e tem participação ativa na entidade desde a criação, em 1944. Ela explicou que, além da aviação civil, a delegação brasileira lida com três acordos internacionais: a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e o Protocolo de Montreal, que tem um fundo para reduzir emissão de gases do efeito estufa.

Mitzi reconheceu o constrangimento vivenciado por representantes do país diante da inadimplência no pagamento das contribuições anuais brasileiras. O governo brasileiro deve cerca de US\$ 915 mil à CDB, US\$ 315 mil ao Protocolo de Cartagena e US\$ 985 mil para o fundo do Protocolo de Montreal.



Mitzi Gurgel Valente da Costa foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores, presidida por Aloysio Nunes Ferreira

No caso da aviação civil, o país faz contribuições anuais de US\$ 1 milhão, chegou a dever por dois anos, mas já recuperou o direito de voto na entidade depois de regularizar o débito. A contribuição de 2016 ainda será paga. A diplomata disse que a participação na Oaci é importante, pois o país é o terceiro do mundo em aviação civil doméstica e o décimo em aviação civil internacional.

Segurança

Ana Amélia (PP-RS) questionou a diplomata sobre o nível de segurança do espaço aéreo brasileiro. A pergunta foi motivada pela discrepância em avaliação recente da

Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), bastante positiva, e da Federação Internacional de Associações de Pilotos (Ifalpa), que comparou o nível de segurança do espaço aéreo brasileiro ao de zona de guerra.

Mitzi informou a ligação da Ifalpa com a Oaci e considerou parcialmente procedente a avaliação dos dois organismos.

— É um pouco das duas coisas. O espaço aéreo brasileiro é seguro, por ter uma boa cobertura em termos de satélites, torres de controle. Mas a associação de pilotos também tem razão, por ter havido um acréscimo no número de balões e aves sobrevoando nas proximidades dos aeroportos. Isso é um assunto interno que o

Brasil vai ter de trabalhar muito para coibir — observou.

Unasul

Também ontem, a CRE aprovou três requerimentos de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), com pedidos de informação e solicitando convocação do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para explicar a posição de autoridades brasileiras em recente reunião da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). A preocupação de Ferraço é a repercussão internacional de nota divulgada por Ernesto Samper, secretário-geral da entidade, que reúne 12 países da região, em apoio à presidente Dilma Rousseff no processo de impeachment.

— Lamentavelmente, Dilma tem promovido uma campanha de desinformação junto a governos estrangeiros e organizações internacionais sobre o que ocorre aqui. No afã de difundir a teoria fantasiosa e farsante de que o processo de impeachment é um golpe, a presidente tenta mobilizar agentes públicos a promover campanha difamatória contra o nosso país. E isso configura possível crime de responsabilidade — avaliou o senador.

Outro requerimento aprovado foi apresentado por Tasso Jereissatti (PSDB-CE) e pede informações ao ministério sobre a conquista de novos mercados pelo Brasil, ações de proteção a brasileiros no exterior e a estrutura administrativa do país em postos diplomáticos. As três iniciativas integram plano de trabalho sobre políticas públicas a serem avaliadas pela comissão em 2016.

Embaixadas

Na mesma reunião, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) fez a leitura de parecer dele sobre a indicação do diplomata João Inácio Oswald Padilha para embaixador no Chipre.

Também foram lidos os pareceres sobre as indicações dos diplomatas José Carlos de Araujo Leitão para embaixador em Cabo Verde e Raul de Taunay para exercer o posto, cumulativamente, no Congo e na República Centro-Africana.

Debate: políticas de saúde devem respeitar culturas

As políticas públicas de saúde voltadas para as mulheres indígenas precisam levar em conta o conhecimento acumulado pelas etnias, concluiu o debate promovido pelas Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara, como parte do Projeto Pautas Femininas.

A estudante da Universidade de Brasília (UnB) Daiara Tukano, representante da Rádio Yandê, defendeu o respeito à autonomia dos povos originários e aos seus conhecimentos durante a elaboração de políticas públicas voltadas para eles.

— O parto hospitalar, por exemplo, é considerado mais seguro, do ponto de vista ocidental, mas bate de frente com tradições ancestrais. Na cultura ashaninka, o parto é uma coisa bastante solitária: a mulher vai para o meio da floresta e tem seu filho. Houve uma mãe que foi ter sua filha no hospital, mas não aguentou. Se trancou no banheiro e teve lá sua nenê, muito saudável, por sinal, mas que, infelizmente, estava em um ambiente muito mais insalubre do que a floresta.

Daiara também denunciou o avanço de áreas urbanas

sobre territórios de saberes tradicionais na área da saúde.

— Aqui em Brasília mesmo existe uma aldeia cariri-xokó, onde a pajé Cacica Tanoné, por quase 30 anos, cultivou no Cerrado toda uma farmácia viva. Ela foi derrubada na construção do setor Noroeste.

De acordo com Viviane Bruno, do Ministério da Saúde, as ações coletivas, como as campanhas de vacinação, obtêm mais adesão dos indígenas que exames individualizados, como o papanicolau.

— Isso decorre da visão de coletividade das indígenas, que também deve ser levada em conta na hora de elaborar

políticas públicas — disse.

Na opinião de Bernardino Vitoy, representante da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), enquanto prevalecer o “viés colonizador”, as políticas públicas para os indígenas não terão bons resultados.

— Precisamos respeitar o conhecimento, a sabedoria e construir a nossa própria referência.

O Ministério da Saúde contabiliza 322.140 mulheres em 688 territórios indígenas no Brasil, em 2016. A população geral, de acordo com o IBGE, é de 700.069 índios em aldeias. O debate teve a participação de Regina Sousa (PT-PI).



Procuradoria Especial da Mulher debate sobre a saúde da mulher indígena

Hélio José anuncia pedido para criação de uma CPI da Anatel

Hélio José (PMDB-DF) propôs uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Segundo o senador, a CPI tem o apoio de 45 senadores e já foi protocolada.

Um dos eixos de trabalho, explicou, vai ser apurar a possível limitação dos contratos de banda larga. O

presidente da Anatel, João Batista de Rezende, afirmou no dia 18 que a era da internet ilimitada havia morrido. Só após pressão da sociedade a agência proibiu, por tempo indeterminado, a limitação da internet fixa.

Outro assunto a ser apurado pela CPI, disse o senador, será a precariedade no funcionamento da internet móvel.

Lídice propõe troca de experiências com o Mercosul sobre violência

O Parlamento do Mercosul (Parlasul), que se reuniu esta semana no Uruguai, recomendou que ministros da Defesa dos países do bloco apresentem e troquem experiências sobre os planos nacionais de segurança adotados em suas pastas, disse Lídice da Mata (PSB-BA).

A senadora relatou que, como integrante da comissão de segurança do Parlasul, in-

cluiu na sugestão que se discuta sobre as experiências legislativas de cada país tratando de temas como segurança nacional, tráfico de pessoas, tráfico de drogas e violência em geral. A senadora citou como exemplo dessas experiências a CPI de Combate ao Tráfico de Pessoas realizada no Senado em 2011 e a CPI do Assassinato de Jovens, atualmente em funcionamento.



Ana Volpe/Agência Senado

Descriminalização do aborto gera divergências

Sugestão popular que permite a interrupção da gravidez pelo SUS até a 12ª semana foi considerada tanto um direito da mulher quanto uma monstruosidade durante audiência

A LEGALIZAÇÃO DO aborto até as 12 primeiras semanas de gestação foi tema de mais um debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Ontem, feministas e advogadas defenderam a regulamentação e o direito de escolha das mulheres, com base em sua dignidade e autonomia. Militantes de grupos contrários ao aborto rejeitaram a proposta, a partir da visão de que a vida começa na concepção e desde esse momento deve ser protegida.

Esse foi o quinto debate feito pela comissão para instruir a análise da Sugestão 15/2014, proposta de iniciativa popular recebida pelo Senado, que contou com mais de 20 mil manifestações de apoio pelo sistema e-Cidadania. Pelo texto, a interrupção voluntária da gravidez dentro das 12 primeiras semanas deve ser garantida por meio do sistema público de saúde. A audiência foi solicitada por Magno Malta (PR-ES).

A advogada Eloísa Machado de Almeida lembrou decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito de temas controversos como a questão das células-tronco e a extensão do aborto a grávidas de fetos anencéfalos. Segundo ela, nesses casos ficou evidente o respeito aos princípios da dignidade humana e da autonomia, os mesmos que, na sua avaliação, devem ser aplicados



Eloísa Machado, Leticia Bonifaz, Magno Malta, Rosemeire Santiago, Leila Linhares e Sara Winter durante debate, ontem

à questão do aborto. Por isso, concluiu que criminalizar a prática é inconstitucional.

— Mas não basta deixar de criminalizar. É preciso que, por demanda constitucional, se criem políticas públicas de saúde que garantam esse direito a todas as mulheres que assim desejarem — afirmou.

Leila Linhares, também advogada, observou que as cortes constitucionais internacionais, ao tratar do aborto, estão tendendo à regulamentação da prática dentro de 12 semanas.

Ponderação

Ela observou que o próprio Código Penal brasileiro já mostra que a vida não é um valor absoluto, estando sujeita a regras de ponderação. Um exemplo, segundo Leila, está na regulamentação do aborto em caso de gravidez de risco ou quando resultar de violência.

— Esse tipo de norma mostra que o que está em jogo

não é negar que o embrião tenha vida ou direito, mas que a saúde física e mental da mulher está acima disso — argumentou.

Amparo à gestante

Para Rosemeire Santiago, diretora do Centro de Reestruturação para a Vida, de São Paulo, é possível acolher a gestante e apoiá-la para que ela não queira abortar. Segundo ela, os argumentos

que relativizam o valor da vida do embrião são inaceitáveis.

— O melhor significado para a palavra “mulher” é “a concepção da vida” — disse Rosemeire.

O centro que ela dirige já atendeu mais de 9 mil mulheres, 5 mil das quais com resultado positivo para gravidez indesejada. Por conta do trabalho feito, segundo ela, apenas 1% delas mantiveram a ideia de abortar.



Manifestantes com opiniões divergentes na Comissão de Direitos Humanos

Doris Hipólito fundou e dirige no Rio de Janeiro a Casa da Gestante Pró-Vida São Frei Galvão. Ela mostrou na audiência um vídeo em que diversas mulheres contam de sua desistência de abortar depois de buscar apoio da instituição, cujo trabalho envolve atenção médica e capacitação profissional para as mulheres.

Doris detalhou pormenores de modalidades de aborto e descreveu tipos de sequelas que afirmou serem comuns entre as mulheres que recorrem ao ato.

— Nenhuma mulher seria capaz de fazer um aborto se conhecesse a monstruosidade que é essa prática. Uma mulher que tem informação não recorre a esse crime, a esse genocídio — disse.

Saúde

A médica obstetra Melânia Amorim defendeu a necessidade de descriminalização do aborto como parte de uma política pública de saúde. No mundo, afirmou, 15% das mortes maternas decorrem de abortos inseguros.

Segundo ela, uma a cada cinco mulheres aos 40 anos já terá feito pelo menos um aborto. Para classes sociais desfavorecidas, segundo a médica, a alternativa tem sido recorrer a procedimentos com profissionais que atuam clandestinamente, colocando sua saúde e vida em risco.

Brasil gasta R\$ 10 bilhões por ano em acidentes de trabalho

A adoção de uma cultura de prevenção pelos empregadores, pelos trabalhadores e pela sociedade é fundamental para a redução dos acidentes de trabalho no Brasil, concluiu audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizada ontem, em homenagem ao Dia Mundial de Segurança e Saúde do Trabalho.

Em 2015, o país registrou 704 mil ocorrências de acidentes de trabalho, que provocaram 3 mil mortes. Os acidentes envol-

vendo crianças e adolescentes também aumentaram no país, como reflexo do aumento da exploração de mão de obra infantil. De 2008 a 2015, foram registrados 19.134 casos, que provocaram 179 mortes. Os dados foram apresentados pelo vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano da Costa.

O Brasil, segundo Costa, gasta R\$ 10 bilhões por ano com indenizações e tratamen-

tos decorrentes de acidentes de trabalho. Entre os fatores que contribuem para essas ocorrências, estão a alta rotatividade de mão de obra, a existência de máquinas inadequadas e obsoletas e o excesso de jornada.

Há ainda a falta de atuação do Estado em razão de restrições e cortes orçamentários e do sucateamento de suas instituições, como o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho e o Ministério Público

do Trabalho, o que diminui a efetividade da fiscalização para cumprimento das normas de proteção.

— Os acidentes do trabalho são uma chaga social. Precisamos conscientizar a população dos males que eles trazem à sociedade. Vivenciamos uma guerra invisível. Os números não diminuem — disse.

Doença ocupacional

Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Delaíde Miranda Arantes ressaltou que o sistema jurídico inclui como acidentes de trabalho as doenças ocupacionais.

Essas enfermidades se destacam no setor bancário, no comércio e na reparação de veículos automotores. As vítimas são sobretudo homens acima dos 30 anos e o quadro é mais agravante no setor terceirizado, “onde o salário é menor e o trabalho é maior”.

O procurador-geral federal da Advocacia-Geral da União (AGU) Renato Vieira disse que o Brasil está “na rabeira” dos

países civilizados, visto que ocupa o quarto lugar entre as nações com maior ocorrência de acidentes de trabalho.

A auditora fiscal do trabalho de São Paulo, Viviane Forte, explicou que a maioria dos casos com morte do trabalhador decorre de situações simples, evitáveis.

Ela também apontou o sucateamento da fiscalização e cobrou condições mínimas para possibilitar a atuação dos auditores.

Auditores

Já o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, disse que a ação dos auditores fiscais do trabalho é “solapada” há mais de dez anos.

Segundo afirmou, o Ministério Público do Trabalho tem sido atacado por prover o alcance pleno de sua atuação, enquanto a Justiça do Trabalho sofre ataques que procuram desestabilizar a estrutura que o Estado tem para enfrentar os acidentes de trabalho.



Carlos Silva, Rinaldo Marinho, Ângelo Fabiano, Paulo Paim, Renato Vieira, Delaíde Miranda Arantes e Viviane Forte